

Defesa de Bolsonaro pede anulação da delação de Cid

Alegações finais pedem absolvição do ex-presidente

Por Gabriela Gallo

Os advogados de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) encaminharam ao Supremo Tribunal Federal (STF) as alegações finais do réu no processo em que é acusado de comandar por participar de um plano de tentativa de golpe de Estado nesta quarta-feira (13), prazo final para a entrega dos recursos após os períodos de interrogatórios. As defesas dos outros sete réus acusados de integrarem o núcleo principal da trama golpista também encaminharam as alegações finais de seus clientes. Agora, aguarda-se a decisão do ministro-relator do caso Alexandre de Moraes, e o julgamento dos ministros da Primeira Turma do Supremo – Alexandre de Moares, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Luiz Fux.

A defesa do ex-presidente da República afirma que não há provas suficientes que liguem Jair Bolsonaro à trama golpista. Os advogados disseram que não tiveram acesso a todas a provas do processo, tampouco tiveram o tempo hábil necessário para poder analisar. O recurso ainda solicitou a anulação da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, alegando que as falas do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro não são confiáveis, e que, como a acusação contra Bolsonaro se baseia nas suas falas, o réu deveria ser absolvido.

No documento de 197 páginas, a defesa cita diversas teses de diferentes juristas para justificar que não seria possível punir uma “tentativa de tentativa” de golpe de Estado. “Em poucas palavras, ainda que se aceite presumir a existência de uma minuta de decreto em estudo,



Bolsonaro será julgado pela Primeira Turma do STF

sem assinatura, sem apresentação, sem sequer a conclusão do texto, nem saímos do âmbito da mera preparação, nem temos efetivo emprego de ato violento conforme exigido pelos tipos penais”, declara o documento.

“Uma minuta de decreto não assinada, no máximo e com muito esforço, adentraria a tentativa da tentativa. Afinal, tentar um golpe por meio de um ato normativo dependeria antes da existência de um ato normativo”, reiterou a defesa de Bolsonaro.

Processo

Ao Correio da Manhã, o professor de Direito Penal do Ibmec Brasília Tedney Moreira reiterou que “as alegações finais (ou memoriais) são as peças processuais por meio das quais a defesa apresenta todas as suas defensivas, contrapondo-se às provas e aos argumentos da acusação e sustentando seu pedido principal (normalmente, a absolvição) e os secundários

(em geral, reduções de pena)”.

Os réus do núcleo principal da trama golpista são: o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL); o ex-ministro e vice de Bolsonaro na chapa das eleições de 2022, Walter Braga Netto; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro tenente-coronel Mauro Cid; o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Augusto Heleno; o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier, e o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira.

Próximos Passos

Com a entrega das defesas, o professor de Direito Penal explicou que, finalizada a fase das alegações finais, o processo será pautado para ser julgado pela Primeira Turma do STF. Uma vez pautado o julgamen-

to, o relator do caso apresenta o seu relatório. O documento trará tanto um resumo de todo o histórico do processo e o voto do ministro-relator pela absolvição ou condenação dos réus. Após a apresentação do relatório, o processo passa a ser julgado pela Primeira Turma. Além da manifestação de Alexandre de Moraes pela condenação ou absolvição dos réus, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, também se manifestará sobre o caso. Em seguida, passa-se, à defesa e cada advogado faz sua sustentação oral. Ainda não foi definida uma data do julgamento, mas a previsão é que ocorra em setembro.

“Todo este rito garante o devido processo legal: apresentação do estado do processo, manifestação da acusação (PGR) e argumentação da defesa técnica (advogados). A partir deste momento, o Colegiado procede à apresentação de seus votos, pedindo a condenação ou absolvição”.

completou durante o programa Bom Dia, Ministro.

Na terça-feira (12), Lula afirmou que a medida representa uma resposta direta à crescente preocupação com o uso irresponsável das redes sociais. “Vamos regulamentar, porque é preciso criar o mínimo de comportamento, o mínimo de procedimento no funcionamento de uma rede digital que fala com crianças e com adultos e que, muitas vezes, ninguém assume a responsabilidade pelo conteúdo”, disse o petista em entrevista à BandNews.

A proposta está sendo finalizada pela Casa Civil desde junho e foi discutida em reunião com ministros como Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública), Fernando Haddad (Fazenda), Esther Dweck (Gestão e Inovação), Macaé Evaristo (Direitos Humanos), Sidônio Palmeira (Comunicação Social), Jorge Messias (AGU) e Vinicius de Carvalho (CGU), além da própria Gleisi Hoffmann.

O vídeo de Felca — que foi o estopim para as últimas reações políticas sobre o tema —, acumula mais de 30 milhões de visualizações em uma semana e trouxe à tona casos graves de exposição de crianças a conteúdos impróprios. O conteúdo resultou, também na terça-feira, na determinação de bloqueio, por parte da Justiça da Paraíba, do acesso do influenciador Hytalo Santos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Deputados de oposição impediram trabalhos

Bolsonarismo enfrenta a ressaca do motim

As nuvens ficaram mais carregadas no céu dos parlamentares bolsonaristas. O motim que travou a Câmara e do Senado, a tentativa de forçar a barra para votar o fim da prerrogativa de foro e a comoção gerada pelo vídeo do youtube Felca minaram a tentativa da oposição de impor rapidamente suas pautas.

O corpo mole do presidente da Casa, Hugo

Motta (Republicanos-PB) também pesou.

Para um deputado do Centrão que conhece bem a Casa, não é hora de arrumar brigas desnecessárias, que comprometam até o futuro partidos como o seu, decisivos na definição de rumos do Congresso. Em outras palavras, o momento é de baixar a bola e evitar posturas que soem mais radicais.

Paciência

Boa parte dos parlamentares quer o fim do foro privilegiado para assim jogar na primeira instância processos contra eles que correm no Supremo Tribunal Federal, cujas decisões não podem ser reformadas. Mas eles não têm necessidade de resolver o assunto logo.

Moderado

O próprio Jair Bolsonaro, que, no limite, poderia ser beneficiado com a medida, também aconselhou um recuo estratégico. Segundo um aliado, avalia que forçar a barra agora — com Trump, com tudo — poderia ser prejudicial até para a aprovação do projeto de anistia.



Presidente da Câmara não fez o acordo

Motta ironiza e manda oposição procurar Arthur Lira

Presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) tem sido irônico com deputados bolsonaristas que lhe cobram a inclusão na pauta da PEC do foro e do projeto de anistia. São parlamentares que fazem questão de citar o acordo que pôs fim à rebelião na Casa. Motta tem dito que eles deveriam dirigir suas co-

branças ao seu antecessor, Arthur Lira (PP-AL), que, no auge da crise, reuniu-se com integrantes da oposição — o tal compromisso foi articulado durante a conversa. Ao decidir tocar a bola pro lado, Motta tenta mostrar força e recuperar seu prestígio, abalado à esquerda e à direita desde a eclosão do motim.

Não é com ele

Já o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), finge que nada aconteceu — sequer sido cobrado para punir senadores que se acorrentaram à Mesa Diretora. Ele driblou um confronto mais direto ao convocar uma sessão remota no meio da confusão.

Vista

Um eventual pedido de vista de Luiz Fux que retarde a sentença de Bolsonaro não será o primeiro dele a causar muita discussão. Em 2012, o ministro foi responsável por paralisar uma ação que questionava a legalidade de penduricalhos em salários de juízes do Rio.

Esquecido

As imagens que ficaram marcadas são do tumulto ocorrido na Câmara, quando Motta voltou ao plenário para reassumir seu lugar à Mesa. Alcolumbre, por sua vez, nem mencionou o protesto violento da oposição ao abrir a sessão no último dia 7.

Escolhida

Ele devolveu o processo em 2017, cinco anos e sete meses depois — não havia prazo para pedidos de vista no STF. Em 2016, Marianna Fux, então com 32 anos, filha do ministro, foi a mais votada por desembargadores fluminenses para virar colega deles. Ela acabou sendo nomeada.

Lula se reúne com ministros para discutir adultização

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realizou, na tarde desta quarta-feira (13), uma reunião ministerial para discutir os últimos ajustes no projeto de lei que visa regulamentar o funcionamento das plataformas digitais no Brasil. A proposta, que será enviada ao Congresso Nacional, tem como foco também a proteção de crianças e adolescentes nas redes sociais — tema que ganhou força nos últimos dias após a divulgação de um vídeo pelo influenciador digital Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, que expôs casos de sexualização e exposição de menores no ambiente online.

Após sair do Palácio do Planalto, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que o governo fechou propostas para ampliar a segurança no ambiente digital e promover concorrência econômica, mas destacou a urgência na proteção de crianças e adolescentes.

Segundo ela, o Executivo discutirá o tema com o Legislativo “para responder à demanda da população brasileira por impor mais responsabilidade das plataformas digitais em garantir um ambiente digital seguro”.

“Entendemos que no Congresso já há projetos em condições de serem votados, como o PL 2628, do senador Alessandro Vieira, relatado pelo de-



Gleisi: proteção à criança será discutida com o Legislativo

putado Jadyel Alencar. O projeto tem amplo apoio na Casa, conta com apoio do governo e demanda apreciação imediata pela Câmara dos Deputados”, afirmou a chefe da SRI.

Governo

Mais cedo, o ministro da Educação, Camilo Santana, lembrou ainda a recente promulgação da legislação que restringe o uso de celulares em escolas públicas durante o período letivo. Segundo ele, a medida é uma etapa importante na proteção da infância, sobretudo diante dos impactos do uso excessivo de telas na

saúde mental de crianças e adolescentes. O ministro também reforçou o papel das famílias na supervisão digital.

“É fundamental lembrar a necessidade de regulamentar as plataformas digitais nesse país. O que já conseguimos foi limitar o uso nas escolas”, iniciou. “Antigamente, os pais se preocupavam muito com os filhos fora de casa, os riscos na rua. Hoje, os riscos estão dentro de casa, às vezes no quarto do filho, às vezes na sala de estudos. É importante esse cuidado da orientação, do monitoramento dos pais, das crianças e jovens e adolescentes desse país”,